

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 881.529 - SP (2016/0064030-7)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : EDP SAO PAULO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A
ADVOGADO : GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO E OUTRO(S) - SP186458A
AGRAVADO : J. S. EMBALAGENS PLASTICAS - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO : BIANCA BACCHIN - SP260089

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que inadmitiu o recurso especial com amparo na suficiência do acórdão recorrido, na inexistência de violação da lei federal e no óbice da Súmula 7/STJ.

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado com base na alínea "a" do permissivo constitucional contra acórdão assim ementado:

APELAÇÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA AÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO CUMULADA COM PERDAS E DANOS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA Sentença que julga improcedente o pedido, com fulcro no art. 269, inciso I, do CPC.

LANÇAMENTO ADMINISTRATIVO COM BASE EM ESTIMATIVA DE CONSUMO DIANTE DA IMPOSSIBILIDADE DA LEITURA DIRETA DO MEDIDOR INVIABILIZAÇÃO DO ACESSO DIRETO AO RELÓGIO INSTALADO NA UNIDADE CONSUMIDORA Informação do débito que se apresenta regular, frente ao que foi produzido, principalmente porque a legislação específica autoriza o procedimento adotado pela empresa concessionária. ILEGALIDADE DA COBRANÇA AFASTADA.

APELAÇÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA Prestadora que não comprovou que houve fraude na medição da energia elétrica Ausência de perícia técnica direta do relógio medidor assim como da realização de outros procedimentos que servissem à fiel caracterização da irregularidade Inobservância do artigo 72, da Resolução 456/2000 com a nova redação imposta pela Resolução 90/2001 da ANAEEI Inversão do ônus da prova imposta ao polo consumidor que afronta as regras consumeristas, manifestamente abusiva a providência APELO DO POLO CONSUMIDOR NESTE PARTICULAR PROCEDENTE.

RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls.

219/233).

A recorrente aponta violação dos arts. 7º do CDC; 2º, §§ 1º e 2º, da LICC; 1º, 29 e 31 da Lei n. 8.987/1995.

Afirma que, em virtude da especialidade e por se tratar de lei mais recente, a Lei de Concessões deve prevalecer sobre a aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Acrescenta que o próprio CDC reconhece a aplicabilidade da legislação ordinária e dos regulamentos administrativos competentes. Sustenta, por isso, a possibilidade de cobrança de débitos por meio da recuperação de faturamento, realizada em decorrência de irregularidades verificadas no sistema de medição.

Refere contrariedade ao art. 333, I, do CPC/1973. Afirma que, por gozar o TOI da presunção de legalidade e veracidade, quem deve comprovar a não ocorrência da fraude é o recorrido, ônus do qual não se desincumbiu.

Aduz infringência aos arts. 2º e 3º, XIX, da Lei n. 9.427/1996. Argumenta que, nos termos do art. 72, III, da Resolução ANEEL n. 456/2006, a realização da perícia depende de provocação do consumidor, o que não ocorreu no caso. Alega também que o cálculo da dívida observou o procedimento legal.

Indica inobservância dos arts. 458, II, e 535, II, do CPC/1973. Anota que, no julgado, não houve referência explícita aos arts. 2º e 3º, XIX, da Lei n. 9.427/1996, que, somados aos ditames do art. 172, § 2º, da Resolução ANEEL n. 414/2002, autorizam o corte do fornecimento de energia.

Sem contrarrazões.

Em manifestação de e-STJ, fls. 519/522, o Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento do agravo.

É o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

Inexiste violação dos arts. 458, II, e 535, II, do CPC/1973 quando o acórdão recorrido fundamenta claramente seu posicionamento, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

Tem-se, na origem, ação declaratória de inexigibilidade de débito combinado com indenizatória na qual se questiona a cobrança de valores pelo fornecimento de energia elétrica. Os pedidos foram julgados improcedentes.

O Tribunal *a quo*, em apelação, reformou parcialmente a sentença. Afirmou que "[...] o procedimento de apuração de valores, lançados com base na média de consumo auferida nos três meses anteriores ao período em que se tornou inviável à leitura direta do relógio de medição localizado na unidade consumidora, é perfeitamente legítimo" (e-STJ, fl. 205).

Contudo, "no que concerne à desconstituição do débito resultante de apuração de fraude em medidor de consumo de energia elétrica, de rigor o provimento recursal" (e-STJ, fl. 206).

Registrou, citando o art. 333 do CPC/1973, que (e-STJ, fls. 206/209):

[...] caberia à concessionária comprovar a existência da alegada fraude, ou, ao menos, da irregularidade no aparelho medidor do fornecimento de energia elétrica, a ensejar a cobrança dos valores lançados com fulcro na Resolução 456 da ANEEL.

Superior Tribunal de Justiça

[...]

Apesar de a discussão se concentrar na própria existência da suposta fraude, o fato é que a prestadora dos serviços deixou de providenciar a realização de indispensável perícia pelo exame direto do medidor, para a comprovação da imputação da irregularidade descrita no termo de ocorrência.

De conformidade com o art. 72, da Resolução nº 456/2000, da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, a prestadora de serviços de energia elétrica, além de emitir o TOI Termo de Ocorrência de Irregularidade, deve “solicitar os serviços de perícia técnica do órgão competente vinculado à segurança pública e/ou do órgão metrológico oficial, este quando se fizer necessária a verificação do medidor e/ou demais equipamentos de medição” (inciso II).

O dispositivo restou alterado pela Resolução nº 90/2001, da ANEEL, passando o referido inciso a contar com a seguinte redação: "promover a perícia técnica, a ser realizada por terceiro habilitado, quando requerida pelo consumidor".

Assim, se anteriormente à Resolução 90/2001 cabia à prestadora dos serviços, em cumprimento à referida Resolução, instruir a sua contestação com laudos ou outros documentos que pudessem atribuir maior robustez ao “Termo de Ocorrência de Irregularidades”- TOI, independentemente da aplicação ou não do Código de Defesa do Consumidor à hipótese.

Mesmo se assim não fosse, nos termos da vetusta redação, e do artigo 72, inciso III, da Resolução 456/2000, incumbia à concessionária "implementar outros procedimentos necessários à fiel caracterização da irregularidade", além do Termo de Ocorrência de Irregularidade, tornando evidente que a própria ANEEL considerava insuficiente para comprovação da irregularidade aquele documento.

Também forçoso salientar que, a minguada da viabilidade de se oportunizar ao consumidor efetiva participação no exame a ser realizado pelo experto especializado, não se pode exigir daquele contra qual se imputa um fato a apresentação de prova negativa a fim de debelar imediatamente o quanto afirmado, qual seja, a inexistência de adulteração capaz de inibir a marcação efetiva do consumo real.

Neste contexto, imprescindível aos esclarecimentos necessários o exame direto do medidor, considerado adulterado, a fim de viabilizar os testes indispensáveis à confirmação da defraudação do aparelho.

[...]

Esta Colenda 32ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo não discrepa do entendimento acima exposto, com posicionamento pacífico sobre a matéria, com o qual passo a aderir, de que o termo de ocorrência de irregularidades não ostenta presunção de veracidade ou de legalidade, devendo a concessionária, em havendo impugnação judicial da sua regularidade, demonstrá-la mediante os meios regulares de direito, principalmente por meio de perícia.

A Primeira Seção desta Corte Superior, no julgamento do REsp 1.412.433/RS, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, estabeleceu a seguinte orientação:

Na hipótese de débito estrito de recuperação de consumo efetivo por fraude no aparelho medidor atribuída ao consumidor, desde que apurado em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, é possível o corte administrativo do fornecimento do serviço de energia elétrica, mediante prévio aviso ao consumidor, pelo inadimplemento do consumo recuperado correspondente ao período de 90 (noventa) dias anterior à constatação da fraude, contanto que executado o corte em até 90 (noventa) dias após o vencimento do débito.

O julgado foi assim ementado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC/1973 (ATUAL 1.036 DO CPC/2015) E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. SERVIÇOS PÚBLICOS. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. FRAUDE NO MEDIDOR DE CONSUMO. CORTE ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO. DÉBITOS DO CONSUMIDOR. CRITÉRIOS. ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA SUBMETIDA AO RITO DO ART. 543-C DO CPC/1973 (ATUAL 1.036 DO CPC/2015).

1. A concessionária sustenta que qualquer débito, atual ou antigo, dá ensejo ao corte administrativo do fornecimento de energia elétrica, o que inclui, além das hipóteses de mora do consumidor, débitos pretéritos relativos à recuperação de consumo por fraude do medidor. In casu, pretende cobrar débito oriundo de fraude em medidor, fazendo-o retroagir aos cinco anos antecedentes.

TESE CONTROVERTIDA ADMITIDA

2. Sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 (atualmente 1036 e seguintes do CPC/2015), admitiu-se a seguinte tese controvertida: "a possibilidade de o prestador de serviços públicos suspender o fornecimento de energia elétrica em razão de débito pretérito do destinatário final do serviço".

PANORAMA GERAL DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ SOBRE CORTE DE ENERGIA POR FALTA DE PAGAMENTO

3. São três os principais cenários de corte administrativo do serviço em decorrência de débitos de consumo de energia elétrica por inadimplemento: a) consumo regular (simples mora do consumidor); b) recuperação de consumo por responsabilidade atribuível à concessionária; e c) recuperação de consumo por responsabilidade atribuível ao consumidor (normalmente, fraude do medidor).

4. O caso tratado no presente recurso representativo da controvérsia é o do item "c" acima, já que a apuração de débitos pretéritos decorreu de fato atribuível ao consumidor: fraude no medidor de consumo.

5. Não obstante a delimitação supra, é indispensável à resolução da controvérsia fazer um apanhado da jurisprudência do STJ sobre a possibilidade de corte administrativo do serviço de energia elétrica.

6. Com relação a débitos de consumo regular de energia elétrica, em que ocorre simples mora do consumidor, a jurisprudência do STJ está sedimentada no sentido de que é lícito o corte administrativo do serviço, se

houver aviso prévio da suspensão. A propósito: REsp 363.943/MG, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Primeira Seção, DJ 1º.3.2004, p. 119; EREsp 302.620/SP, Rel. Ministro José Delgado, Rel. p/ Acórdão Ministro Franciulli Netto, Primeira Seção, DJ 3.4.2006, p. 207; REsp 772.486/RS, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJ 6.3.2006, p. 225; AgRg no Ag 1.320.867/RJ, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 19.6.2017; e AgRg no AREsp 817.879/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 12.2.2016.

7. Quanto a débitos pretéritos, sem discussão específica ou vinculação exclusiva à responsabilidade atribuível ao consumidor pela recuperação de consumo (fraude no medidor), há diversos precedentes no STJ que estipulam a tese genérica de impossibilidade de corte do serviço: EREsp 1.069.215/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 1º.2.2011; EAg 1.050.470/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, DJe 14.9.2010; REsp 772.486/RS, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJ 6.3.2006, p. 225; AgRg nos EDcl no AREsp 107.900/RS, Rel. Ministro Ari Pargendler, Primeira Turma, DJe 18.3.2013; AgRg no REsp 1.381.468/RN, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 14.8.2013; AgRg no REsp 1.536.047/GO, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 15.9.2015; AgRg no AREsp 273.005/ES, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 26.3.2013; AgRg no AREsp 257.749/PE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 8.2.2013; AgRg no AREsp 462.325/RJ, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 15.4.2014; AgRg no AREsp 569.843/PE, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 11.11.2015; AgRg no AREsp 484.166/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 8.5.2014; EDcl no AgRg no AREsp 58.249/PE, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 25.4.2013; AgRg no AREsp 360.286/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 11.9.2013; AgRg no AREsp 360.181/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 26.9.2013; AgRg no AREsp 331.472/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 13.9.2013; AgRg no AREsp 300.270/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 24.9.2015; AgRg no REsp 1.261.303/RS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 19.8.2013; EDcl no REsp 1.339.514/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 5.3.2013; AgRg no AREsp 344.523/PE, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 14.10.2013; AgRg no AREsp 470/RS, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 4.10.2011; e AgRg no Ag 962.237/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 27.3.2008.

CORTE ADMINISTRATIVO POR FRAUDE NO MEDIDOR

8. Relativamente aos casos de fraude do medidor pelo consumidor, a jurisprudência do STJ veda o corte quando o ilícito for aferido unilateralmente pela concessionária. A contrario sensu, é possível a suspensão do serviço se o débito pretérito por fraude do medidor cometida pelo consumidor for apurado de forma a proporcionar o contraditório e a ampla defesa. Nesse sentido: AgRg no AREsp 412.849/RJ, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 10.12.2013; AgRg no AREsp

370.548/PE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 4.10.2013; AgRg no REsp 1.465.076/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 9.3.2016; REsp 1.310.260/RS, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 28.9.2017; AgRg no AREsp 187.037/PE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 8.10.2012; AgRg no AREsp 332.891/PE, Relator Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 13.8.2013; AgRg no AREsp 357.553/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 26.11.2014; AgRg no AREsp 551.645/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 3.10.2014; AgInt no AREsp 967.813/PR, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 8.3.2017; AgInt no REsp 1.473.448/RS, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 1º.2.2017; AgRg no AREsp 345.130/PE, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 10.10.2014; AgRg no AREsp 346.561/PE, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 1º.4.2014; AgRg no AREsp 448.913/PE, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 3.9.2015; AgRg no AREsp 258.350/PE, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 8.6.2016; AgRg no REsp 1.478.948/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 20.3.2015; AgRg no AREsp 159.109/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 18.4.2013; AgRg no AREsp 295.444/RS, Rel. Ministra Marga Tessler (Desembargadora Federal Convocada do TRF/4ª Região), Primeira Turma, DJe de 17.4.2015; AgRg no AREsp 322.763/PE, Rel. Ministra Diva Malerbi (Desembargadora Federal Convocada do TRF/3ª Região), Segunda Turma, DJe 23.8.2016; e AgRg AREsp 243.389/PE, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 4.2.2013.

RESOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA

9. Como demonstrado acima, em relação a débitos pretéritos mensurados por fraude do medidor de consumo causada pelo consumidor, a jurisprudência do STJ orienta-se no sentido do seu cabimento, desde que verificada com observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

10. O não pagamento dos débitos por recuperação de efetivo consumo por fraude ao medidor enseja o corte do serviço, assim como acontece para o consumidor regular que deixa de pagar a conta mensal (mora), sem deixar de ser observada a natureza pessoal (não propter rem) da obrigação, conforme pacífica jurisprudência do STJ.

11. Todavia, incumbe à concessionária do serviço público observar rigorosamente os direitos ao contraditório e à ampla defesa do consumidor na apuração do débito, já que o entendimento do STJ repele a averiguação unilateral da dívida.

12. Além disso, o reconhecimento da possibilidade de corte de energia elétrica deve ter limite temporal de apuração retroativa, pois incumbe às concessionárias o dever não só de fornecer o serviço, mas também de fiscalizar adequada e periodicamente o sistema de controle de consumo. 13. Por conseguinte e à luz do princípio da razoabilidade, a suspensão administrativa do fornecimento do serviço - como instrumento de coação extrajudicial ao pagamento de parcelas pretéritas relativas à recuperação de consumo por fraude do medidor atribuível ao consumidor - deve ser

Superior Tribunal de Justiça

possibilitada quando não forem pagos débitos relativos aos últimos 90 (noventa) dias da apuração da fraude, sem prejuízo do uso das vias judiciais ordinárias de cobrança.

14. Da mesma forma, deve ser fixado prazo razoável de, no máximo, 90 (noventa) dias, após o vencimento da fatura de recuperação de consumo, para que a concessionária possa suspender o serviço.

TESE REPETITIVA

15. Para fins dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015, fica assim resolvida a controvérsia repetitiva: Na hipótese de débito estrito de recuperação de consumo efetivo por fraude no aparelho medidor atribuída ao consumidor, desde que apurado em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, é possível o corte administrativo do fornecimento do serviço de energia elétrica, mediante prévio aviso ao consumidor, pelo inadimplemento do consumo recuperado correspondente ao período de 90 (noventa) dias anterior à constatação da fraude, contanto que executado o corte em até 90 (noventa) dias após o vencimento do débito, sem prejuízo do direito de a concessionária utilizar os meios judiciais ordinários de cobrança da dívida, inclusive antecedente aos mencionados 90 (noventa) dias de retroação.

RESOLUÇÃO DO CASO CONCRETO

16. Na hipótese dos autos, o Tribunal Estadual declarou a ilegalidade do corte de energia por se lastrear em débitos não relacionados ao último mês de consumo.

17. Os débitos em litígio são concernentes à recuperação de consumo do valor de R\$ 9.418,94 (nove mil, quatrocentos e dezoito reais e noventa e quatro centavos) por fraude constatada no aparelho medidor no período de cinco anos (15.12.2000 a 15.12.2005) anteriores à constatação, não sendo lícita a imposição de corte administrativo do serviço pela inadimplência de todo esse período, conforme os parâmetros estipulados no presente julgamento.

18. O pleito recursal relativo ao cálculo da recuperação de consumo não merece conhecimento por aplicação do óbice da Súmula 7/STJ.

19. Recurso Especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015.

(REsp 1.412.433/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/4/2018, DJe 28/9/2018)

Na hipótese, não se tem discussão quanto a débitos pretéritos reconhecidos, mas em relação à legalidade da cobrança de valores com base em suposta fraude unilateralmente apurada pela concessionária de energia elétrica.

De acordo com o registro feito no aresto impugnado, não houve constatação de vício com observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Nesses casos, a jurisprudência desta Corte Superior não admite a exigência de contraprestação à minguada prova do consumo.

Confira-se:

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO DE

CONSUMO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO EM RELAÇÃO A VIOLAÇÃO DOS ARTS. 1o., 29 E 31 DA LEI 8.987/1995; 2o., § 1o. E 2o. DA LINDB E 7o. DO CDC. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356/STF. SUPOSTA AFRONTA AO ART. 333, I DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. ÔNUS DA PROVA QUE INCUMBE À CONCESSIONÁRIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DA CONCESSIONÁRIA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. As teses referentes aos arts. 1o., 29 e 31 da Lei 8.987/95; 2o., § 1o. e 2o. da LINDB e 7o. do CDC não foram debatidas pelo Tribunal de origem, tampouco foram suscitadas nos Embargos de Declaração opostos. Carecem, portanto de prequestionamento, o que atrai a incidência das Súmulas 282 e 356/STF.

2. O Tribunal de origem, soberano na análise do conjunto fático-probatório, reconheceu que as provas produzidas nos autos por meio do TOI não são idôneas a demonstrar a existência de irregularidade na unidade de consumo, não existindo afronta ao art.

333, I do CPC/1973 quando a prova da fraude deve ser produzida pela Agravante, como no caso. Também é firme o entendimento desta Corte Superior de que não é suficiente para a caracterização da suposta fraude a prova apurada unilateralmente pela concessionária.

3. Estando o acórdão recorrido em sintonia com o entendimento do STJ, não merece prosperar a irresignação, incidindo o comando inserto na Súmula 83/STJ, aplicável também aos recursos interpostos pela alínea a do permissivo constitucional.

4. Agravo Regimental da Concessionária a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 521.111/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/9/2018, DJe 27/9/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ENERGIA ELÉTRICA. FRAUDE NO MEDIDOR. APURAÇÃO UNILATERAL PELA CONCESSIONÁRIA. ILEGALIDADE.

1. Na hipótese dos autos, nota-se que o entendimento do Tribunal de origem está em consonância com a orientação do Superior Tribunal de Justiça de que não pode haver cobrança de débito, decorrente de suposta fraude no medidor de consumo, apurada unilateralmente pela concessionária.

2. Outrossim, extrai-se do acórdão vergastado e das razões de Recurso Especial que o acolhimento da pretensão recursal demanda reexame do contexto fático-probatório, mormente para avaliar a regularidade do procedimento adotado pela Companhia de Energia Elétrica, o que não se admite ante o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1.732.905/PI, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 5/6/2018, DJe 13/11/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento

Superior Tribunal de Justiça

ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

